



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar
 Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 135/2023/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 08 de dezembro de 2023.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

- 1.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.**
- 1.1.2. Nome da autoridade competente: **César Fernando Schiavon Aldrighi**
- 1.1.3. Número do CPF: *****.920.200-****
- 1.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD**
- 1.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria Casa Civil nº 2.088, de 22 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 seguinte.**

1.2. UG SIAFI

- 1.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **373001/37201 - DOF-1.**
- 1.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **373008 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD.**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

- 2.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Universidade de Brasília - UNB**
- 2.1.2. Nome da autoridade competente: **Márcia Abrahão Moura**
- 2.1.3. Número do CPF: *****.590.531-****
- 2.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Universidade de Brasília - UnB**
- 2.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 19 de novembro de 2020, Publicado no DOU.**

2.2. UG SIAFI

- 2.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **154040/15257**
- 2.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **154040/15257**

3. OBJETO:

- 3.1. Estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, visando a execução da gestão fundiária e ambiental, com objetivo de identificação de demandas e potencialidades das cooperativas e associações, visando à ampliação da participação destas em diversos canais de comercialização, estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, fomentando a geração de emprego e renda, a partir da elaboração e monitoramento de projetos de agroindustrialização e da assistência técnica em projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

AÇÃO	META	PRODUTO
Formação da equipe de trabalho	M1. Constituição da Equipe de Pesquisa do Projeto	P1. Definição dos Professores Pesquisadores para a Coordenação Geral do Projeto e Pesquisadores
		P2. Contratação de Fundação de Apoio e Ressarcimento Institucional
		P3. Seleção e contratação dos serviços de apoio à pesquisa necessários ao objeto
		P4. Elaboração e entrega do Plano de Ação
Realização de estudos e Pesquisa	M2. Levantamento de dados primários; plano de ação detalhado, relação dos projetos de assentamento; detalhamento dos custos de execução da pesquisa	P5. Coleta de dados em campo nos projetos dos assentamentos por meio da equipe formada para obter as informações acerca das atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades
		P6. Diagnóstico das cooperativas, associações e grupos coletivos de produção
Formação/ Capacitação	M3. Formação e Capacitação	P7. Formação regional – Ferramentas de Gestão de empresas sociais
		P8. Formação regional – Elaboração de projetos para mercado institucional e cadeias produtivas
		P9. Formação regional – Aspectos jurídicos e contábeis.

Elaboração de projetos de agroindustrialização no perfil dos projetos de assentamento	M4. Coordenação, monitoramento e avaliação do projeto	P10. Elaboração de projeto executivo simples das Cadeias Produtivas
Estudos e diagnósticos visando construção do relatório		P11. Elaboração de projetos executivos completos das Cadeias Produtivas
	P12. Relatórios anuais das equipes e relatório final de cumprimento do objeto	
	P13. Dois livros elaborados sobre o diagnóstico das cooperativas, associações e coletivos de produção e sobre as cadeias produtivas	

Resultados Esperados

- I - Resgate de conceitos teóricos básicos, equipes de pesquisadores, trabalhadores/as formados/as em encontros locais, estaduais e regionais e instrumentos de pesquisa definidos conjuntamente.
- II - Diagnóstico das Cooperativas, Associações, Grupos Coletivos de Produção, nos assentamentos de reforma agrária realizado e publicado.
- III - Cadeias produtivas, mercados, políticas públicas identificadas e selecionadas e 28 projetos executivos elaborados.
- IV - Dados sistematizados e publicados em formatos de artigos científicos elaborados por docentes, discentes, pesquisadores e bolsistas da UnB.
- V - Relatórios anuais das equipes e relatório final de cumprimento do objeto entregue ao INCRA e UnB.
- VI - Cursos de formação em gestão; elaboração de projetos e mercado institucional, e aspectos jurídicos e contábeis para os pesquisadores/as e trabalhadores/as associados às cooperativas, associações e coletivos de produção realizados.
- VII - Dois livros elaborados sobre o diagnóstico das cooperativas, associações e coletivos de produção e sobre as cadeias produtivas, suas potencialidades, viabilidade econômica, financeira, ambiental e social.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

5.1. Agricultura familiar e camponesa

A agricultura brasileira é historicamente marcada pelo antagonismo de modelos de desenvolvimento para o campo, e após a chamada modernização da agricultura na década de 1960, se internacionalizou ainda mais estes conflitos. Tendo como expoente de um lado o agronegócio, que explora grandes extensões de terra, cultivando monoculturas que estrategicamente são commodities, que atendem ao mercado externo. Em contrapartida a agricultura familiar e camponesa brasileira, trabalham e produzem em médias e pequenas extensões de terra.

A agricultura familiar e camponesa é responsável por mais de 70% da produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária. Este grupo apesar da sua importância para o desenvolvimento rural e da sociedade brasileira é marginalizado constantemente pelas políticas públicas que na grande maioria das vezes privilegiam o agronegócio.

5.2. Reforma Agrária e Políticas públicas

Os territórios conquistados, a partir da Reforma Agrária, produzem transformações significativas nos espaços onde são instalados. Esses impactos são sociais, econômicos, ambientais e produtivos, efeitos diretos da distribuição da terra. Nesse contexto, as áreas de reforma agrária demandam um conjunto de ações do estado relacionadas a: infraestruturas produtivas, acesso a créditos, assistências técnicas e a Plano de trabalho - com recursos financeiros 01 (10148899) SEI 23106.053160/2023-73 / pg. 3 participação em importantes programas que estimulam a produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programada Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim como, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), que articulam e fortalecem a produção, pois possibilitam a formação e capacitação de profissionais para as áreas de reforma agrária.

Nos últimos anos de Governo Temer e Bolsonaro, as políticas públicas que beneficiam as famílias da Reforma Agrária (e agricultura familiar e camponesa em geral), foram severamente atacadas. Sendo necessário um processo de retomada de um conjunto de ações, principalmente as que fortaleçam a governança coletiva dos territórios e as ações em torno dos dispositivos que organizam a produção e comercialização. Exemplos dessas movimentações são as empresas sociais da agricultura familiar e camponesa que são negócios sociais que tem por características atuarem nos ramos da atividade agropecuária, comercialização ou agroindustrialização assumindo a forma de cooperativas ou associações.

5.3. Organização em empresas sociais – Cooperativas e Associações

A agricultura familiar e camponesa vem se desenvolvendo e atualizando suas formas de reprodução social e econômica ao passar dos anos. As iniciativas coletivas de cooperação em forma de cooperativas e associações são um dos exemplos, onde grupos de agricultores e agricultoras encontraram para organizar o trabalho e a comercialização de seus produtos. Entretanto, há dificuldades e desafios a serem superados, principalmente na área da gestão.

Desta forma, há muitas especificidades e desafios a serem superados desde a necessidade de levantamentos de dados primários para conhecer a realidade destas cooperativas e associações e assim contribuir com as remodelações estratégicas, principalmente no campo da gestão. Outras com a compreensão e assessoramento nas questões jurídicas, contábeis e administrativas que exigem certo grau de formação dos sujeitos que trabalham diretamente como gestores destes empreendimentos sociais e, portanto, exigem organização e formação.

Observa-se também, uma fragilidade em sistematizações e arranjos de itinerários técnicos que permitem avançar na organização de cadeias produtivas e impulsionar assim, a produção e comercialização por parte das organizações. Aumentar o número de cooperativas é uma necessidade perceptível dentro das áreas de reforma agrária, há uma estimativa que atualmente existam um milhão de famílias assentadas no país, e que destas apenas vinte mil estejam organizadas em cooperativas, o que representa apenas 2% dos beneficiários da reforma agrária.

Desta forma, a organização de novas cooperativas que integrem e qualifiquem o sistema cooperativista da agricultura familiar e camponesa é imprescindível.

Os estados das regiões norte e nordeste, os processos de cooperação estão alicerçados sobretudo em personalidades jurídicas do tipo associação. Muitas destas experiências estão arraigadas pela cultura das famílias que se organizam e por situações frustradas de cooperativismo que não passaram por processos organizativos que contemplassem a realidade destas famílias, nestes territórios. Portanto é fundamental atenção especial para processos de transição, adequações em casos em que a realidade permite e exige a forma cooperativa para organizar a cooperação a partir de processos organizativos e formativos.

Este processo de assessoramento tem suas raízes também no saneamento dessa dívida histórica que foi apontada anteriormente em que a agricultura familiar e camponesa fica desassistida de políticas públicas estruturantes. A carência desta atuação estruturante do estado, em especial junto aos territórios de reforma agrária demanda a intervenção em formação técnica das empresas sociais e de fomento da criação de redes, fortalecendo a intercooperação.

A ideia de intercooperação para avançar na organização e gestão das cooperativas e associações é fundamental, pois muitos modelos de gestão de empresas sociais baseiam-se em experiências já existentes, e adaptam suas ferramentas para atingir objetivos. Assim a troca de informações é essencial para o crescimento e consolidação dessas organizações. Em outra medida a intercooperação e formação de redes permite avançar em elementos estratégicos, ligados à comercialização e obtenção de escala produtiva. Nestes últimos elementos pensar regional ou estadualmente o fortalecimento das cadeias produtivas das áreas de reforma agrária permite que vários desafios relacionados à produção, agroindustrialização e comercialização sejam superados.

Assim, discussões e modelagens dessas interações geram efeitos exponenciais na geração de renda e trabalho nos territórios, potencializando as ações de desenvolvimento rural e territorial. Bem como permitem a comercialização qualificada nos mercados institucionais e convencionais. E considerando as características de produção da agricultura familiar e camponesa, políticas públicas de fortalecimento desse processo de intercooperação potencializam a produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental dos territórios.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

() Sim

() Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

8.2.1. Despesas Administrativas e Operacionais da Fundação de Apoio e Ressarcimento Institucional de despesas do tipo: custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, tais como: aluguel; manutenção e limpeza de imóveis; fornecimento de energia elétrica e de água; serviços de comunicação de dados e de telefonia; taxa de administração; e consultoria técnica, contábil e jurídica.

9. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

Meta	Descrição/Produto	Unidade de	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Início	Fim
		Medida					
M1. Contratação da Equipe de Coordenação e Articulação do Projeto	P1. Definição dos Professores Pesquisadores para a Coordenação Geral do Projeto e Pesquisadores	Equipe de Professores Coordenadores e Pesquisadores	1	1.494.000,00	1.494.000,00	dez/23	dez/26
	P2. Contratação de Fundação de Apoio e Ressarcimento Institucional	Custo indireto	1	5.741.373,84	5.741.373,84	dez/23	dez/26
	P3. Seleção e contratação dos serviços de apoio à pesquisa necessários ao objeto	Processo seletivo	1	15.302.869,20	15.302.869,20	dez/23	dez/26
	P4. Elaboração e entrega do Plano de Ação	Plano de Ação	1	160.000,00	160.000,00	dez/23	abr/24
TOTAL M1					22.698.243,04		
M2. Levantamento de dados primários; plano de ação detalhado, relação dos projetos de assentamento; detalhamento dos custos de execução da pesquisa	P5. Coleta de dados em campo nos projetos dos assentamentos por meio da equipe formada para obter as informações acerca das atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades	Formulários	5.000	266,40	1.332.000,00	dez/23	dez/26
	P6. Diagnóstico das cooperativas, associações e grupos coletivos de produção	Relatórios	5.000	1.020,00	5.100.000,00	dez/23	dez/26
TOTAL M2					6.432.000,00		

M3. Formação e Capacitação	P7. Formação regional – Ferramentas de Gestão de empresas sociais	CPF	390	948,72	370.000,80	dez/23	dez/26
	P8. Formação regional – Elaboração de projetos para mercado institucional e cadeias produtivas	CPF	390	948,72	370.000,80	dez/23	dez/26
	P9. Formação regional – Aspectos jurídicos e contábeis.	CPF	390	948,72	370.000,80	dez/23	dez/26
	TOTAL M3				1.110.002,40		
M4. Coordenação, monitoramento e avaliação do projeto	P10. Elaboração de projeto executivo simples das Cadeias Produtivas	Projetos	20	60.000,00	1.200.000,00	jun/24	dez/26
	P11. Elaboração de projetos executivos completos das Cadeias Produtivas	Projetos	8	130.000,00	1.040.000,00	jun/24	dez/26
	P12. Relatórios anuais das equipes e relatório final de cumprimento do objeto	Relatórios	6	53.000,00	318.000,00	dez/24	dez/26
	P13. Dois livros elaborados sobre o diagnóstico das cooperativas, associações e coletivos de produção e sobre as cadeias produtivas	Livros	3.000	34,00	102.000,00	dez/24	dez/26
	P14. Realizar evento – Encontro Nacional de Pesquisadores - com todos os pesquisadores para discutir as propostas e projetos, visando a construção do relatório final de cumprimento de objeto	Eventos	3	515.999,20	1.547.997,60	dez/24	dez/26
TOTAL M4				4.207.997,60			
TOTAL GERAL				34.448.243,04			

10. **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Mês/Ano	Valor
Dez/ 2023	R\$ 4.000.000,00
Mar/ 2024	R\$ 15.224.121,52
Mar/ 2025	R\$ 15.224.121,52

11. **PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD**

Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
339039 - Serviços de terceiros – PJ Contratação da Fundação de Apoio para Desenvolvimento em Conjunto com a Universidade de Brasília	SIM	R\$ 5.741.373,84
339039 - Serviços de terceiros – PJ Contratação da Fundação de Apoio para Desenvolvimento em Conjunto com a Universidade de Brasília	NÃO	R\$ 28.706.869,20

12. **PROPOSIÇÃO**

(assinado eletronicamente)

MÁRCIA ABRAHÃO MOURA

Reitora

Universidade de Brasília - UNB

13. **APROVAÇÃO**

(assinado eletronicamente)

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Presidente

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente**, em 08/12/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18714873** e o código CRC **B12B8522**.